



**EIXO TEMÁTICO:**

- |  |   |  |
|--|---|--|
| <input type="checkbox"/> Ambiente e Sustentabilidade             | <input type="checkbox"/> Crítica, Documentação e Reflexão | <input type="checkbox"/> Espaço Público e Cidadania          |
| <input checked="" type="checkbox"/> Habitação e Direito à Cidade | <input type="checkbox"/> Infraestrutura e Mobilidade      | <input type="checkbox"/> Novos processos e novas tecnologias |
| <input type="checkbox"/> Patrimônio, Cultura e Identidade        |   |  |

## **O papel do Trabalho Técnico Social na apropriação do espaço em conjuntos habitacionais do Programa “Minha Casa Minha Vida”: um estudo de caso**

*The Role of Technical Social Housing Work in appropriation of space in housing states of “Minha Casa Minha Vida” Program: a case study*

*El papel del Trabajo Social en la apropiación del espacio en Programa “Minha Casa Minha Vida”: un estudio de caso*

CARVALHO, Aline Werneck Barbosa de (1);

OLIVEIRA, Maria Eduarda Manhães de (2);

WÜRDIG, Rafaela (3)

(1) Professora Doutora, Universidade Federal de Viçosa, UFV, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Viçosa, MG, Brasil; email: email: alinewbc@gmail.com

(2) Graduanda de Arquitetura e Urbanismo, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Viçosa, DAU/UFV, Bolsista PIBIC-CNPq, Viçosa, MG, Brasil; email: dudamdeoliveira@gmail.com

(3) Graduanda de Arquitetura e Urbanismo, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Viçosa, DAU/UFV, Viçosa, MG, Brasil, email: rafaelawurdig@gmail.com

## **O papel do Trabalho Técnico Social na apropriação do espaço em conjuntos habitacionais do Programa “Minha Casa Minha Vida”: um estudo de caso**

*The Role of Technical Social Housing Work in appropriation of space in “Minha Casa Minha Vida” Program: a case study*

*El papel del Trabajo Social en la apropiación del espacio en Programa “Minha Casa Minha Vida”: un estudio de caso*

### **RESUMO**

O Trabalho Técnico Social (TTS) da CAIXA consiste num conjunto de atividades de caráter informativo, educativo e de promoção social, realizado por profissionais da área de Serviços Sociais, e, como tal, vem sendo aplicado nos conjuntos habitacionais de interesse social do Programa Minha Casa Minha Vida. O objetivo deste artigo consiste em mostrar os esforços empreendidos pela equipe do TTS para promover a apropriação do espaço e o senso de pertencimento num conjunto habitacional do PMCMV em Viçosa, MG. A pesquisa abrangeu levantamento documental e trabalho de campo, mediante levantamento fotográfico das características arquitetônicas e urbanísticas do conjunto habitacional, entrevista estruturada com os principais agentes responsáveis pela implementação do TTS no conjunto habitacional analisado e observação direta nos plantões e reuniões com a comunidade. Os dados foram submetidos a análise de conteúdo. Os resultados indicaram a boa capacitação da equipe técnica do TTS. Os problemas encontrados deveram-se ao desinteresse dos moradores pelas atividades promovidas pelos técnicos sociais, às diferenças sociais e culturais dos moradores e às más condições de espaço físico, o que dificultou a criação do vínculo com a moradia e com o lugar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho técnico social, política habitacional, programas habitacionais, Programa Minha Casa Minha Vida

### **ABSTRACT**

*The Social Work in Housing is a collection of informative, educational and social activities made by professionals in Social Service. It is applied in projects of social housing “Minha Casa Minha Vida” Program, in Brazil. The purpose of this article is to show the efforts made by the team of social work to promote the appropriation of space and the sense of belonging to a housing project in Viçosa-MG. The research included documentary surveys, photographic survey of the architectural and urban features of the site, structured interview and direct observation at community meetings. The data were subjected to content analysis. The results indicated the quality of technical team. The problems encountered were due to the lack of interest of the residents in the activities promoted by the social work, social and cultural differences of the residents and the poor condition of physical space, making it difficult to create a link with the house and place.*

**KEY-WORDS:** *Technical Social Housing Work, housing policy, housing programs, “Minha Casa Minha Vida” Program*

### **RESUMEN**

*El Trabajo Social en La Vivienda es una colección de actividades informativas, educativas y sociales, hecho por profesionales en Servicio Social. Se ha aplicado en los proyectos de vivienda de interés social del Programa “Mi Vivienda Mi Vida” en Brasil. El propósito de este artículo es mostrar los esfuerzos realizados por el equipo del trabajo social para promover la apropiación del espacio y el sentido de pertenencia en un proyecto de vivienda de PMCMV en Viçosa-MG. La investigación incluyó encuestas documentales, relevamiento fotográfico de las características arquitectónicas y urbanísticas del*

*emplazamiento, entrevista estructurada y la observación directa en las reuniones con la comunidad. Los datos fueron sometidos a análisis de contenido. Los resultados ha indicado la cualidad de formación de la equipe técnica. Los problemas encontrados se deben a la falta de interés de los residentes en las actividades promovidas por el trabajo social, las diferencias sociales y culturales de los residentes y las malas condiciones de espacio físico, lo que dificulta la creación de un vínculo con la casa y el lugar.*

**PALABRAS-CLAVE:** Trabajo social en la vivienda, política de vivienda, programas de vivienda, Programa “Mi Vivienda Mi Vida”

## 1 INTRODUÇÃO

O Trabalho Técnico Social (TTS) da CAIXA consiste num conjunto de atividades de caráter informativo, educativo e de promoção social, realizado por profissionais da área de Serviços Sociais, como componente dos programas habitacionais de interesse social (BLANK, 2005). Sua adoção no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) tem caráter obrigatório para a faixa de menor renda, visando promover o desenvolvimento comunitário e a sustentabilidade dos empreendimentos.

Em sua análise acerca do desempenho do TTS nos programas habitacionais da CAIXA, Blank (2005) considera que a prática vem acumulando bons resultados tanto no campo público como no privado, onde se notam ganhos comunitários como a obtenção de identidade e cidadania, além da garantia da preservação dos interesses públicos acima dos interesses políticos e individuais. Contudo, as dificuldades ainda representam parcela significativa no histórico do TTS e essas são representadas, no setor público, pela descontinuidade administrativa, baixa qualificação das equipes, falta de integração das equipes social e de engenharia, entre outros.

Entretanto, a análise do TTS em Viçosa vem mostrando um resultado distinto, na medida em que o problema não reside na falta de capacitação das equipes, mas se deve a outros fatores, dentre os quais se destacam aqueles decorrentes da relação dos moradores com o espaço no conjunto habitacional.

Diante deste argumento, o objetivo deste artigo consiste em mostrar os esforços empreendidos pela equipe do TTS para promover a apropriação do espaço e o senso de pertencimento no primeiro conjunto habitacional do PMCMV construído em Viçosa, denominado C. H. Benjamin José Cardoso.

A pesquisa abrangeu levantamento de dados documentais (projeto arquitetônico do empreendimento, COTS e PTTS<sup>1</sup>) e pesquisa de campo, mediante levantamento fotográfico das características arquitetônicas e urbanísticas do conjunto habitacional, entrevista estruturada com os principais agentes sociais responsáveis pela implementação do TTS no conjunto habitacional analisado (responsável pela gestão dos programas sociais na Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Viçosa e profissional responsável pela condução do TTS no conjunto) e observação direta nos plantões e reuniões com a comunidade.

Inicialmente foram abordados o conceito de apropriação e o escopo do Programa Minha Casa Minha Vida e do Trabalho Técnico Social; em seguida foram apresentadas as principais características arquitetônicas e urbanísticas do C. H. Benjamin José Cardoso e realizada a análise do papel do TTS na apropriação do espaço.

---

<sup>1</sup> O COTS é o Caderno de Orientação do Trabalho Técnico Social e o PTTS é o Projeto do Trabalho Técnico Social.

## 2 O QUE SE ENTENDE POR APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO

Segundo Sansot (1996, apud JERÔNIMO; GONÇALVES, 2008, p.195), *“apropriação é toda prática pela qual o homem deixa sua marca”*. O termo “marca”, no entanto, pode ter diferentes interpretações, podendo ser uma marca física como a adequação do espaço ao gosto pessoal do morador ou algo mais subjetivo. O aspecto físico não deixa de ser importante, pois para se sentir à vontade todo ser humano tende a implantar nos ambientes itens que aprecia. Contudo, o principal motivo pelo qual se deixa uma impressão é a formação de identidade, e essa ultrapassa o sentido material.

Em artigo acerca da relação entre o processo de apropriação do espaço e a subjetividade, Jerônimo e Gonçalves (2008) tratam da diferença entre os termos “morar” e “habitar”, ao afirmarem que, *“quando o sujeito estabelece apenas uma relação funcional com determinado lugar, configura-se o ‘morar’; mas ele de fato o ‘habita’ quando se apropria de seus aspectos físico, simbólico, emocional e cultural”* (2008, p. 196).

Assim, para o efetivo processo de habitar, ou seja, de apropriação, a marca deixada não deve resumir a uma modificação no espaço, como um quadro ou a cor de uma parede, mas deve abranger tudo aquilo dotado de significado. E nesse processo de identificação estão diretamente envolvidos todos aqueles que habitam ao redor e compartilham os mesmos espaços. Essa relação é mais simples quando aqueles que estão à volta constituem uma mesma família ou pessoas com hábitos similares. O conflito se intensifica quando a convivência é com o diferente, aquele com costumes distintos, costumes que por vezes incomodam.

Nesse aspecto o sentido de pertença relaciona-se com a autoestima (JERÔNIMO; GONÇALVES, 2008), pois o sujeito sente-se parte daquilo que admira. Dificilmente pessoas se orgulharão de um habitat conturbado, onde não se suportam os vizinhos. Porém, se a tranquilidade de um conjunto é fruto do esforço individual de cada morador é válido afirmar que não basta sentir, mas também buscar através de ações a boa convivência. Outro ponto alcançado pela apropriação é o sentimento de responsabilidade pelo ambiente construído, passando-se a buscar sua manutenção e melhoria. Os moradores tornam-se, desse modo, cidadãos mais conscientes, não simplesmente pela obrigação, mas principalmente pelo amor ao lugar em que vivem. Numa perspectiva mais ampla, esse sentimento evoluiria para esferas mais abrangentes, começando pelo “se sentir parte de uma casa”, posteriormente de uma comunidade, depois de uma cidade, de um país até alcançar o mundo e a preservação como um todo.

Pode-se dizer, assim, que a apropriação é resultado de todos os comportamentos humanos agindo simultaneamente através do indivíduo ou de um grupo. É, no dizer de Malard (1993), o processo de experimentar, na sua totalidade, o fenômeno do morar. Esta mesma ideia está presente em Del Rio, Duarte e Rheingantz (2002), que entendem a apropriação como o processo de experienciamento dos lugares e a dimensão de viver no espaço. Em outras palavras, o processo de apropriação de um espaço liga-se à construção do lugar pelo usuário.

O “princípio da apropriação e participação” é apontado por Mourão e Pedro (2005) como uma das estratégias para orientar o desenvolvimento de formas de habitar. Este princípio está na satisfação dos moradores com as habitações e, para tanto, a habitação deve ser dotada de espaços que incentivem o uso do edifício e da vizinhança, de elementos que motivem a identificação individual e coletiva, como também a participação na gestão das edificações e dos espaços.

Entretanto, estudos da área de Avaliação Pós-Ocupação (APO) têm demonstrado que, nos

empreendimentos habitacionais de interesse social promovidos pelo poder público, em poucos anos as famílias promovem alterações nas moradias, com a finalidade de adaptá-las às suas necessidades pessoais.

Diferentemente do que ocorre no espaço das favelas e dos assentamentos informais, onde a população resolve o seu problema de moradia através da autoconstrução incremental, na qual imprime seus valores, cultura, hábitos e gosto, nos conjuntos residenciais providos pelo Estado, ao contrário, há uma única tipologia residencial destinada indistintamente a todas as famílias e à qual estas devem se adaptar, independentemente do seu formato familiar e das suas necessidades específicas. O mesmo raciocínio estende-se ao aspecto locacional, em que a definição do lugar de moradia depende totalmente da escolha pelos beneficiários, ao contrário do que ocorre nos assentamentos informais.

Portanto, a adaptação dos moradores aos conjuntos residenciais providos por programas habitacionais do governo representa uma etapa inicial que pode ocorrer de maneira natural ou não, interferindo no uso e na apropriação do espaço pela população.

Cabe à CAIXA, como gestora financeira dos programas habitacionais destinados à população de baixa renda, fazer o acompanhamento social das famílias nos seus novos espaços de moradia por meio do Trabalho Técnico Social.

### **3 O TRABALHO TÉCNICO SOCIAL NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA**

O PMCMV foi criado em 2009, através da Lei n. 11.977, com o objetivo de incentivar a produção e a aquisição de novas unidades habitacionais, a requalificação de imóveis urbanos e a produção ou reforma de habitações rurais, fomentando a economia na geração de emprego e renda. Através do Programa, a criação de empregos e de investimentos no setor da construção civil foi estimulada por uma política social em grande escala, que objetivou atender à demanda habitacional de baixa renda que o mercado por si só não alcançava até então (ARANTES; FIX, 2009; HIRATA, 2011; KLINTOWITZ, 2011).

Atualmente o PMCMV se encontra na segunda fase de execução e suas construções destinam-se a três diferentes faixas de renda familiar: 0 a 3 salários mínimos, de 3 a 6 salários mínimos e de 6 a 10 salários mínimos<sup>2</sup>. No caso do apoio à produção habitacional para a menor faixa de renda, a União aloca recursos em todo território nacional e solicita a apresentação de projetos. Cabe às construtoras, em parceria com Estados, Municípios, cooperativas, movimentos sociais ou independentemente, apresentarem os projetos. Os municípios responsabilizam-se por cadastrar e selecionar as famílias interessadas em adquirir imóvel pelo Programa e disponibilizar terreno para instalação dos conjuntos, quando possível. Posteriormente, fica sob responsabilidade da CAIXA - principal agente financeiro do Sistema Nacional de Habitação - analisar e contratar a obra, acompanhar a execução do empreendimento pela construtora, liberar recursos conforme cronograma e, finalizada a obra, realizar a sua comercialização.

Para a implantação de empreendimentos no âmbito do PNHU – que é a modalidade do Programa Minha Casa Minha Vida para a área urbana –, devem ser observados quatro requisitos: a localização do terreno na malha urbana ou em área de expansão; a adequação ambiental do projeto; a infraestrutura básica que inclua vias de acesso, iluminação pública e

---

<sup>2</sup> De acordo com a Lei n. 12.124/2011, essas faixas de renda compreendem de zero a R\$ 1.600,00, de R\$ 1.600,00 a R\$ 3.100,00 e acima deste valor até R\$ 5.000,00.

solução de esgotamento sanitário e de drenagem de águas pluviais e permita ligações domiciliares de abastecimento de água e energia elétrica; e, por fim, a existência ou compromisso do poder público local de instalação ou de ampliação dos equipamentos e serviços relacionados a educação, saúde, lazer e transporte público (BRASIL, 2009).

Apesar do impacto quantitativo de longo prazo frente ao déficit habitacional acumulado e da sua capacidade de geração de empregos, têm sido recorrentes as críticas dirigidas ao Programa, sobretudo acerca da localização inadequada dos empreendimentos e de sua relação com o mercado (BONDUKI, 2009; DENALDI, 2012; MARICATO, 2012). O que se observa é a repetição de padrões tipológicos de moradia, inadequados ao formato familiar do público alvo, além de rigidez nas formas e modo de morar, desrespeitando a individualidade dos moradores. Essas unidades apresentam-se ainda dispostas em terrenos muitas vezes distantes do centro da cidade ou com acesso dificultado, tornando problemático o deslocamento das pessoas para o trabalho ou mesmo para lazer.

Para atenuar os problemas de adaptação frequentes nos conjuntos habitacionais do PMCMV e melhorar a convivência social incorpora-se o trabalho técnico social.

O trabalho social associado a programas de habitação de interesse social está presente como política governamental no País desde o período do BNH (PAZ; TABOADA, 2010, p. 45). Em 1995, esse tipo de atividade foi inserido no âmbito da CAIXA, nos projetos habitacionais públicos com recursos do BIRD/FGTS, e em 2000 foi incorporado um valor específico para o trabalho social nos itens de investimentos dos projetos habitacionais. Porém, a partir de 2003, o trabalho técnico social passou a ser executado de forma terceirizada, tendo em vista o crescimento do número de projetos e a dificuldade da CAIXA em aumentar o seu quadro de funcionários (BLANK, 2005).

Segundo Blank (2005, p. 170), o objetivo principal do TTS da CAIXA consiste em: *“desenvolver um conjunto de atividades de caráter informativo, educativo e de promoção social, visando ao desenvolvimento comunitário e a sustentabilidade do empreendimento/projeto”*.

O profissional responsável pelo TTS deve atuar através do:

(...) apoio à organização social e incentivo aos processos participativos; incentivo à autonomia da população por meio da utilização de metodologias participativas; atuação integrada em equipes multidisciplinares; estímulo às ações de parceria com outras instituições públicas (governos, entidades sem fins lucrativos e/ou empresas privadas); incentivo à articulação dos atores institucionais na promoção da integração de Programas e Políticas Públicas. (BLANK, 2005, p. 170)

O cargo de técnico social tem sido predominantemente assumido por profissionais da área de Serviço Social. Entretanto, Fernandes (2005) alerta para o perigo que pode representar a forma como o assistente social desenvolve sua “ação socioeducativa”, a qual pode reforçar a reprodução ideológica das relações sociais capitalistas presentes nas políticas e programas habitacionais. Nesse sentido, destaca como o reconhecimento da dimensão política da atuação do assistente social altera o seu modo de agir, no sentido do fortalecimento da autonomia das comunidades atendidas.

#### **4 O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM VIÇOSA: O CASO DO C. H. BENJAMIN JOSÉ CARDOSO**

##### **CARACTERIZAÇÃO DO C.H. BENJAMIN JOSÉ CARDOSO**

O conjunto habitacional Benjamin José Cardoso localiza-se em Viçosa, MG na Comunidade da Coelho, Bairro São Francisco, onde também se encontra outro conjunto habitacional do PMCMV – o C. H. Sol Nascente. Embora esteja localizado em uma região de expansão urbana próxima ao Centro, seu acesso é muito dificultado pelo relevo e pelas condições das vias (uma rua de terra e uma ladeira íngreme com pavimentação em “pé-de-moleque”, sem calçadas. A dificuldade de acesso também se deve aos poucos horários de ônibus urbanos.

Quanto aos serviços públicos, os moradores contam com uma escola no bairro vizinho que oferece turmas da educação infantil ao 5º ano do ensino fundamental, um posto de saúde distante cerca de 3km e um hospital a aproximadamente 1,2km. Não há comércio nas proximidades, exceto um bar. Os moradores não são atendidos pelo Correio nem por serviço de telefonia fixa, e o sinal de celular é precário.

A ocupação do conjunto ocorreu a partir de setembro de 2011. Seu traçado é constituído por duas ruas principais conectadas por nove ruas transversais, todas pavimentadas, que abrigam 132 residências unifamiliares de aproximadamente 36m<sup>2</sup>, situadas em lotes de 10mx13m cuja divisão era demarcada por estacas na data de entrega, ficando a cargo dos moradores providenciar seu cercamento. O paisagismo resume-se à arborização urbana e do parquinho instalado pela construtora (Figura 1).

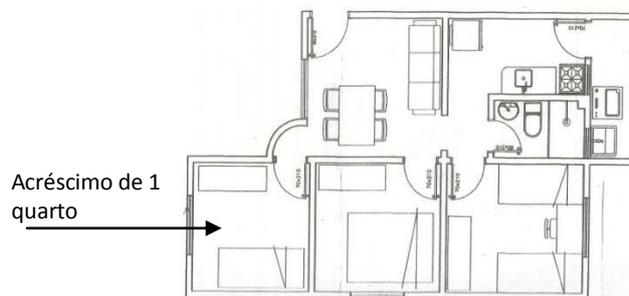
Figura 1 – Vista aérea do C. H. Benjamin José Cardoso. Viçosa, MG.



Fonte: Google Earth.

As casas têm a mesma tipologia, sendo diferenciadas pelas cores e pelos muros e cercas, cada qual com a característica que o proprietário julgou mais pertinente à sua condição. Elas são compostas por dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço externa; no manual elaborado pela construtora consta a alternativa de acréscimo de um quarto, no entanto, na maioria dos terrenos não há o afastamento necessário para fazê-lo, o que levou os moradores a realizarem uma série de modificações irregulares correndo-se o risco de perda da garantia do imóvel. A construção foi executada em alvenaria estrutural, com telhado de duas águas em telha cerâmica; em seu acabamento foram utilizadas esquadrias metálicas para janelas e portas externas, portas de madeira para o interior, pintura nas paredes internas e externas, piso cerâmico na cozinha e banheiro e piso cimentado no restante dos cômodos (Figura 2).

Figura 2 – Planta da casa com o acréscimo de 1 quarto, alteração proposta pelo Manual de Operação, Uso e Manutenção do Imóvel. C. H. Benjamin José Cardoso. Viçosa, MG.



Fonte: Âncora Empreendimentos Imobiliários Ltda. *Manual de Operação, Uso e Manutenção do Imóvel*, 2011.

### **A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO A PARTIR DO TTS NO C. H. BENJAMIN JOSÉ CARDOSO**

O trabalho social do C.H. Benjamin José Cardoso foi executado de acordo com o PTTS que, por sua vez, teve como base o COTS fornecido pela CAIXA. Nele foram incluídas atividades como oficinas, cursos, entrevistas, reuniões, vivências de grupo, diagnóstico aprofundado das famílias, além de cronograma de atividades, orçamento, ferramentas para medir e analisar a satisfação e o desenvolvimento social da comunidade, entre outros.

A equipe técnica responsável pela execução do PTTS foi constituída por duas assistentes sociais (uma responsável pela implantação do TTS no próprio conjunto e a outra pela coordenação do trabalho social em todos os conjuntos do PMCMV acompanhados pela Secretaria Municipal de Assistência Social), além de estagiárias do curso de Economia Doméstica da UFV, orientadas por uma professora do mesmo curso.

Através da observação direta dos trabalhos da equipe técnica, durante os plantões, reuniões e oficinas, foi possível perceber as dificuldades e desafios a serem vencidos pelos técnicos e pela comunidade.

A primeira dificuldade observada refere-se às modificações irregulares efetuadas pelos moradores nas suas casas. Apesar do esforço feito pela equipe técnica para explicar as exigências contidas no contrato firmado com a CAIXA e no manual do usuário fornecido pela construtora onde consta a forma adequada de dar manutenção ao imóvel, bem como as modificações possíveis para não se perder a garantia do imóvel, muitos beneficiários não viam outra alternativa a não ser continuar fazendo as alterações para adaptarem o imóvel às necessidades de suas famílias. Apesar de haver uma alternativa de ampliação da casa prevista no manual do usuário, esta se mostrou inviável uma vez que as dimensões do lote muitas vezes não a comportam. Foram feitas reuniões e uma palestra com o representante do Instituto de Planejamento Municipal (IPLAM), mas mesmo assim não foi possível controlar as alterações, chegando-se à situação limite do embargo das obras pela Prefeitura.

Além da dificuldade que muitos enfrentam na adaptação ao espaço familiar, há ainda o problema de interação entre grupos sociais oriundos de lugares distintos e possuidores de diferentes hábitos e valores culturais. São pessoas vindas de diferentes condições, algumas com histórico de abuso físico e, ou psicológico, outras com histórico de uso de drogas, entre muitos outros problemas. Existem famílias mais numerosas (com 5 ou 6 pessoas) e menos numerosas (com 2 ou 3); algumas vieram de cidades grandes e outras do campo. Há também famílias que viviam em um lugar harmonioso, mas decidiram mudar-se movidas pela perspectiva da casa

própria. São muitas as diferenças socioculturais que estão interagindo dentro do conjunto, o que aumenta a possibilidade de conflitos. Cabe então à equipe responsável pelo TTS atuar como conciliadora e buscar mecanismos para que essas pessoas possam encontrar valores que as conectem e as façam adquirir uma boa convivência social.

Outra questão relevante é a depredação do espaço e de equipamentos de uso comum, como o parquinho, as lixeiras e as árvores plantadas nas calçadas, tornando-se motivo de desarmonia entre os moradores, pois a maioria desaprova essa atitude, cabendo aos assistentes sociais mostrar que o espaço coletivo pertence a cada um dos habitantes do conjunto, na tentativa de criar um vínculo com o mesmo.

Partindo de uma visão do trabalho social que valoriza a formação da autonomia, independência e cidadania, a equipe técnica responsável pela execução do TTS realizou várias palestras e reuniões com os moradores, onde foram abordadas questões como o fortalecimento da identidade do conjunto habitacional, o sentido de pertença, a autoestima e a convivência entre os moradores.

Entretanto, as reuniões, palestras e atividades foram uma das principais causas de desmotivação dos assistentes sociais, pois por mais que eles se esforçassem, a participação dos moradores sempre esteve muito aquém do desejado. Os próprios técnicos atribuíram esse fato à ausência de um local adequado para realização dos encontros, à falta de interesse de parte significativa dos residentes e também à dificuldade de conseguir horários que fossem convenientes para todos.

Uma atividade que os técnicos consideraram como de significativa importância foi o diagnóstico ambiental, onde eles acompanharam os moradores em uma caminhada pelo conjunto a fim de identificar os problemas e suas causas. A importância desse evento está no reconhecimento e no desenvolvimento da percepção do espaço que habitam, instigando-os a desenvolver e melhorar o senso de pertencimento ao lugar.

Mesmo com tantas dificuldades, com o incentivo e orientação dos técnicos do TTS foi formada uma associação de moradores reunindo membros tanto do C. H. Benjamin José Cardoso como do conjunto habitacional vizinho. Dessa forma, procurou-se fortalecer a autonomia e independência desses cidadãos na busca de melhorias para o bairro e, ao mesmo tempo, criar um vínculo com espaço.

## **5 CONCLUSÕES**

A análise do TTS em Viçosa aponta a qualidade da equipe técnica responsável pela sua execução. Os problemas encontrados residem na falta de interesse e de participação dos moradores nas atividades promovidas pelos técnicos sociais, nas diferenças sociais e culturais dos moradores e nas más condições de espaço físico para o desenvolvimento das atividades propostas, o que dificulta as tentativas de estimular a boa convivência entre os moradores e a criação do vínculo com a moradia e com o lugar.

Apesar de gerar a oportunidade da casa própria para pessoas que não podem adquiri-la sem o subsídio governamental, no PMCMV ainda prevalece uma visão quantitativa e empresarial, que dá margem à criação de espaços impessoais e desconectados da realidade das famílias beneficiadas, agravado ainda pela falta de flexibilidade do espaço construído, o que também dificulta o processo de apropriação do espaço pelo morador.

Mesmo tendo uma função imprescindível na criação dos vínculos e laços com o ambiente, o resultado do TTS fica comprometido pela natureza do espaço. Ainda que o esforço tenha resultados positivos, principalmente quanto ao desenvolvimento da autonomia da comunidade, não existem garantias de que o período de execução do trabalho social seja suficiente para que eles perdurem, especialmente levando em consideração as grandes diferenças socioculturais existentes nesses empreendimentos.

Como as modificações na construção são controladas ou impedidas, não fica claro como deixar marcas significativas. Para que a marca seja forte ao ponto de criar laços com o ambiente construído é necessário que decorra algum tempo; por isso, é importante constituir relações de amizade com a vizinhança ou criar memórias com o lugar: lembranças de momentos bons ou maus vividos ali. Porém, a questão que se coloca é: partindo-se de um ambiente construído sem participação da população e tendo o TTS apenas um ano de atividades, de que forma os técnicos sociais podem deixar o legado da apropriação do espaço à população?

## REFERÊNCIAS

- ÂNCORA Empreendimentos Imobiliários LTDA. *Manual de operação uso e manutenção do imóvel: Conjunto Habitacional Benjamin José Cardoso*. Viçosa, 2011.
- ARANTES, P. F.; FIX, M. Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação. Alguns comentários sobre o pacote habitacional Minha Casa, Minha Vida. *Correio da Cidadania*, 2009.
- BONDUKI, N. *Do projeto Moradia ao Programa Minha Casa, Minha Vida*. *Revista Teoria e Debate*, São Paulo, n.82, maio/junho 2009.
- BLANK, G. O trabalho social e a Caixa Econômica Federal. In: GOMES, M. de F. M.; CARVALHO, L. Trabalho Técnico Social X Meio Ambiente nos Programas Habitacionais Públicos Brasileiros. *Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental*. REGET-CT/UFSM, Santa Maria-RS, v. 4, n. 4, p. 593-607, 2011.
- BRASIL. Lei n. 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. *Diário Oficial [da] União*, Brasília, 7 jul. 2009.
- DEL RIO, V.; DUARTE, C. R.; RHEINGANTZ, P. A. (orgs). *Projeto do lugar: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/ PROARQ, 2002.
- DENALDI, R. Política habitacional e urbana: avanços e impasses. Disponível em: <<http://www.phdu.comuv.com/attachments/article/18/Pol%C3%ADtica%20Habitacional%20e%20Urbana%20avancos%20e%20impasses%20-%20Rosana%20Denaldi.pdf>> Acesso em: 29 de setembro de 2012.
- FERNANDES, L. L. Trabalho social e habitação para população de baixa renda: desafios a uma ação profissional democrática no início do século XXI. In: GOMES, M. de F. C. M.; PELEGRINO, A. I. de C. *Política a habitação popular e trabalho social*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 217 a 240.
- JERÔNIMO, R.N.T.; GONÇALVES, T.M. O processo de apropriação do espaço e produção da subjetividade. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 2008.
- MALARD M. L. Os objetos do cotidiano e a ambiência. 2°. Encontro de Conforto no Ambiente Construído. Florianópolis, 1993. *Anais ...*
- MARICATO, E. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social – Ensino à Distância – EAD*. Brasília: MCidades, setembro 2010.
- MOURÃO, J; PEDRO, J. B. *Para uma habitação ambientalmente mais sustentável – Recursos, princípios, paradoxos e oportunidades*. Disponível em: <<http://www.ext.lnec.pt/LNEC/DED/NA/pessoal/jpedro/Research/Pdf/Artigo%20para%20uma%20habitacao%20ambientalmente%20mais%20sustentavel.pdf>> Acesso em: 09 set. 2010.
- PAZ, R. D. O. da; TABOADA, K. J. *Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social - EAD TRABALHO SOCIAL*. Brasília: Ministério das Cidades, 2010.